

SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA: contribuições para a Educação Integral

Daiane G. Nadaletti Nardon¹
Larissa Brand Back²

RESUMO: No presente artigo abordar-se-á a concepção, objetivos e principais experiências de educação integral no Brasil, e diante disso, analisar como a atuação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social possam contribuir com a educação integral. Utiliza-se reflexões de autores como Freire (2009), Gohn (2010), Rabelo (2011) e autores mais específicos do Serviço Social e da Psicologia, como Abreu (2004), Bock (1999) e Machado (2004). No presente artigo, busca-se articular elementos da concepção de educação integral com a intervenção do Serviço Social e da Psicologia.

Palavras Chave: Educação Integral, Psicologia, Serviço Social.

1 Introdução

O tema da educação integral é contemporâneo e instigante. É possível encontrar diferentes estudos e pesquisas que subsidiaram e continuam subsidiando as experiências de educação integral ao longo da história do Brasil.

Ao fazer-se referencia a educação integral torna-se importante refletir sobre o próprio significado da expressão. Nesse sentido, infere-se que a palavra integral possui como sinônimos a palavra inteiro, significando também completo, total. Assim, pode-se entender a educação integral como uma educação completa, que considere todas as dimensões do ser humano, não hierarquizando experiências, saberes ou conhecimentos, mas colocando-os como complementares e interconexos.

Historicamente houve diversas experiências de educação integral no Brasil. Na década de 1930 o Movimento Integralista defendia a educação integral com bases na espiritualidade, nacionalismo cívico e disciplina. Neste mesmo período, os anarquistas pregavam como princípios da educação a igualdade, autonomia e liberdade humana. Outro exemplo que pode ser destacado na história brasileira foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantando por Anísio Teixeira em Salvador, nos anos 1950. Os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) implantados por Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, também marcaram a história nos anos de 1980 a 1990. Mais recentemente viveu-se também a experiência dos CEUs (Centros

¹ Psicóloga (UNOCHAPECÓ) e Pós-graduada em Educação Integral (UFFS)

² Assistente Social (UFSC) e Pós-graduada em Educação Integral (UFFS)

Educacionais Unificados), na cidade de São Paulo, de 2000 a 2004, buscando desenvolver atividades educacionais, recreativas e culturais nos atendimentos de creches, educação infantil e ensino fundamental.

Entretanto estas e outras experiências não tiveram continuidade, configurando-se como experimentos pontuais e focalizados, uma vez que, a educação integral não se constituiu em uma política pública, mas como uma política de governo adotada por alguns políticos em seus mandatos, o que conseqüentemente, modificou e alterou as propostas, bem como as características desta educação oferecida nas diferentes épocas históricas.

Contemporaneamente, o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial n° 17/07, tem por objetivo fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas no contra turno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola. O Programa propõe a intersetorialidade como facilitador para a efetivação da educação integral no Brasil. Desta forma, congrega ações conjuntas do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Esporte (ME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ciência e Tecnologia (MCT) e da Presidência da República (PR).

Busca-se com o artigo ora apresentado fazer reflexões acerca das contribuições que os profissionais de Serviço Social e da Psicologia podem fomentar na implementação da educação integral na atualidade.

2 Educação Integral

A educação possui como premissa promover o desenvolvimento dos sujeitos sociais e, para isto concretizar-se, torna-se necessário buscar uma educação que contemple as diversas dimensões humanas (cognitiva, física, afetiva, artística, etc.). Porém, o que se verifica em processos educacionais, e na maioria das escolas, é uma educação voltada a fomentar o cognitivo, no entanto, deixando muito a desejar em aspectos de criatividade e inovação das atividades. Reproduz-se, muitas vezes, um modelo de educação tradicional, com aulas expositivas, onde o professor é visto como o responsável pela aprendizagem dos estudantes.

Bock (1999) afirma que as teorias pedagógicas ao assegurarem a escola como instituição isolada da sociedade criam um dos seus principais problemas que é a clausura escolar. A escola que deveria fazer a mediação dos indivíduos com a sociedade se torna fechada, ironicamente protegendo as crianças do seu fim de criação, a sociedade. Alguns dos princípios pedagógicos vão conduzir a escola como um “corpo” estranho a sociedade que é a construtora dos conhecimentos, técnicas e desafios que a escola ensina para os educandos.

Segundo a mesma autora, a escola acaba por ensinar um conhecimento alheio à realidade social, erguendo muros para que a realidade que a circunda não entre pelos portões, gestando-se regras diferentes da realidade vivenciada. A “bandeira” da educação, por vezes, leva ao enclausuramento de crianças e jovens, que na verdade torna-se algo ilusório, pois a realidade social consegue se introduzir por vias diversas como pelos livros, pelos valores e princípios ensinados nas atividades desenvolvidas, porém o fato do aprendizado dar-se principalmente dos ambientes escolares distancia os integrantes da escola do cotidiano vivido por estes.

Os conteúdos programáticos, muitas vezes são ensinados como se não tivessem muita relação com o “mundo” externo da escola. Percebe-se assim, que a escola apresenta algumas dificuldades no processo de “administração” do saber, pois acaba ensinando as respostas aos alunos sem que eles a tenham formulado ou estímulo a pergunta, menosprezando a importância da resposta.

Ainda, conforme Bock (1999), a escola tem a tarefa de conhecer a sociedade, bem como, os valores e os modelos sociais que respondem as necessidades de cada momento histórico. A instituição que a escola representa, articula a vida social, no qual surgiu para responder as necessidades sociais de preparo dos indivíduos para a vida pública, assumindo por vezes, o papel da família, porém, questiona-se se a escola realmente esta preparada para esta tarefa de formação.

Com efeito, aqui busca-se compreender a educação como processo de apropriação de conhecimentos, bem como de formação e desenvolvimento de habilidades e capacidades, com vistas a que os sujeitos assumam seu lugar no mundo e exerçam a sua cidadania (BACK, WESTPHAL, 2010).

Ao tratar-se da educação integral, considera-se esta como uma educação que aborda as diferentes dimensões da vida, em diferentes etapas. Segundo Gohn (2010) o educador Moacir Gadotti colabora com as discussões da educação integral remetendo a origem do termo,

utilizado por Fernando Azevedo na década de 1930, afirmando que a educação integral tem “iniciativas que vêm ao encontro de uma nova qualidade da educação, buscando criar novos espaços e tempos para o atendimento e desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos” (GADOTTI, 2009 apud GOHN, 2010, p. 30).

Já conforme Rabelo (2011), a educação integral como está posta hoje, considerando seus princípios e diretrizes provoca um novo desafio,

O de transformar uma experiência classicamente cognitiva (dos saberes) em uma possibilidade de desenvolvimento humano integral e holístico e possibilita interferir, de diversas formas em aspectos até então desconhecidos e genuínos. A educação integral ao propor um mergulho em direção à essência dela mesma vai, em todo percurso, tocando o ser humano em sua integralidade e completude (p.4).

Assim, pode-se relacionar que a educação integral na contemporaneidade assume o colocado por Freire, quando destaca que “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção e construção. (...) Aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.*” (2009, p. 47 e 69 – grifos no original). Nessa perspectiva a educação é uma intervenção no mundo e requer uma postura curiosa e crítica do sujeito integralmente.

Deste modo, aponta-se para a centralidade da educação integral no tempo presente, quando se discute e sustenta possibilidades de promover uma educação voltada para as variadas dimensões da vida, proporcionando aos educandos a apropriação de conteúdos de maneira a que possa compreender e interpretar a realidade criticamente e, assim agir, de maneira a resignificá-la e transformá-la.

O Programa Mais Educação traz novamente os debates acerca da educação integral e parece procurar solucionar vários dos problemas citados acima, pois busca a aproximação da comunidade com a escola, o que aproxima os estudantes da realidade social. Tendo como principal objetivo aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas. Essas atividades são divididas em 10 macrocampos, sendo eles: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos; cultura e artes; cultura digital; prevenção e promoção da saúde; educação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Assim, o Programa está relacionado à implantação da educação integral, por meio de atividades socioeducativas com vistas a

“contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora” (art. 6º inciso I).

O Mais Educação busca fortalecer as bases para a implantação de uma política de educação integral no Brasil, referenciada pelas práticas já existentes de ampliação da jornada escolar e a partir de uma educação integral de qualidade, e ainda, assim oportunizar uma redução das desigualdades educacionais do Brasil.

A escola nessa perspectiva deve ser um ambiente de troca de saberes, fomentando a aproximação entre a escola e a comunidade, o que está ocorrendo a partir de práticas comunitárias e pelo movimento cotidiano dos espaços de educação não-formais, motivando a construção e troca de diversos saberes. Conforme o Texto de Referência do MEC, atrelado as experiências comunitárias, destacamos a importância da democratização da gestão para proporcionar a participação da comunidade nas vivências escolares.

(...) cabe as direções potencializar a participação social: dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis, das associações de pais, de moradores, dentre outros grupos constituídos na comunidade que queiram participar, solidariamente, do projeto escolar, bem como conselhos de idosos, de mulheres, os movimentos negros de artistas e outros (MEC, SECAD, 2009 b, p. 38).

O ambiente escolar deve ser um ambiente de inclusão, de participação social e democratização das relações sociais, fomentando o respeito às diferenças e as valorizando como parte do conhecimento.

Assim, a intersetorialidade é abordada no Texto de Referência produzido pelo MEC (2009), como uma conquista da intervenção pública no campo educativo, e, afirma o potencial educativo das políticas setoriais: Educação, Assistência Social, Meio Ambiente, Cultura, Ciência e Tecnologia. Percebe-se que a pretensão do Mais Educação é pela integralidade da formação das crianças e dos adolescentes. Colocando a intersetorialidade como forma de promover o desenvolvimento integral. “(...) a intersetorialidade se materializa no cotidiano da gestão à medida que consegue criar consenso em torno de uma meta com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se.” (MEC, SECAD, 2009 b, p. 25).

Rabelo (2011) contribui, analisando que a intersetorialidade é uma potencialidade e para tratar os sujeitos situados num mesmo tempo e espaço de maneira integrada e convergente são necessárias articulações das ações.

A proposta deste programa é inovadora e percebe-se crescimento de sua abrangência. Contudo existem desafios a serem vencidos, como por exemplo, o aprimoramento da intersetorialidade, a efetiva participação dos educandos nas atividades propostas, a falta de estabilidade dos monitores, pois tais profissionais recebem uma ajuda de custo baixa para a realização de seu trabalho, o que provoca rotatividade nas escolas, dificultando a continuidade dos trabalhos. E ainda mais, tornar-se uma política pública e não apenas uma política de governo.

2.1 Contribuições do Serviço Social e da Psicologia

Os profissionais da área do Serviço Social e da Psicologia podem inserir-se na implementação da educação integral como mediadores do conhecimento para proporcionar aos sujeitos educandos mecanismos que permitam o desenvolvimento de sua emancipação política e conquista de direitos sociais. Essa prática educativa é entendida por Freire “como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educando” (2009, p. 145).

A contribuição destes profissionais não se dá na forma de apenas “estender o ‘conhecimento’ elaborado aos que ainda não o têm, mantendo, deste modo, nestes a capacidade crítica para tê-los” (FREIRE, 1977, p. 28), inferindo nas ações que o repasse e a captação do conhecimento não se dá em uma única via, mas acontece em duplo sentido, pois ao mesmo tempo em que o conhecimento se estende e é problematizado, este só é realmente apreendido, quando o sujeito se faz como ser da práxis. Assim, é por meio dessas relações de troca e diálogo que os profissionais das referidas áreas do conhecimento podem contribuir com a educação integral.

O profissional de Serviço Social desenvolve competências e atribuições na elaboração, implantação, execução e avaliação de políticas, programas e projetos. Assim, este profissional inserido em processos educativos desempenha uma atividade que perpassa a ação profissional em sua intervenção junto aos usuários de maneira geral, pois é nessa relação com os sujeitos usuários e os próprios educandos que o profissional também se coloca sujeito. Neste sentido, Freire pontua que:

Um assistente social, por exemplo, se reconhece como “o agente da mudança”, dificilmente perceberá esta objetividade: que, seu empenho

é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele. (1977, p. 44)

Isto significa que ao desenvolver qualquer ação profissional junto aos usuários, o assistente social pode desencadear um processo reflexivo de cunho social e político, o qual em si, pode estar imbricado de um caráter educativo, pois na medida em que os sujeitos com os quais o assistente social interage e intervém, passam a entender criticamente seu mundo, seu contexto, sua realidade, atuam de forma diferenciada no mesmo.

O Serviço Social ao atuar na perspectiva da educação integral, da educação não formal, em atividades universitárias extensionistas ou outras, vinculadas a projetos institucionais de cunho socioeducativo, atua como potencializador da participação e de processos democráticos. Isto porque, na medida em que conteúdos abordados possibilitam e contribuem para a reflexão crítica da realidade social, pode ocorrer práxis e com isto, ação transformadora, tornando-se efetivamente reflexão-ação-reflexão.

Abreu analisa:

A dimensão pedagógica do Serviço Social remete à sua função primeira, essencial na sociedade, isto é, diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivos, elementos esses constitutivos de uma cultura. (2004, p. 66)

Nesse sentido, essa atuação de profissionais de Serviço Social está em consonância com o Projeto Ético Político da Profissão e caminha na direção da defesa e concretização dos direitos, estabelecendo uma ação conjugada entre profissional e usuário.

Já a Psicologia amparada em desconstruir a ideologia burguesa que afirmava que havia igualdade de oportunidades, mas que havia desigualdade de aptidões e dons e que o destino das pessoas dependia de suas capacidades individuais e não da ordem estabelecida. Utilizou-se da psicologia diferencial e seus testes no século XIX. E destarte, o campo da psicologia passa do estudo de problemas mentais extremos e de leis gerais do comportamento humano para leis sobre as diferenças individuais.

(...) Essa psicologia nasce: como uma demanda social e uma determinação ideológica específicas” prover conceitos instrumentos 'científicos' de medida que garantam a adaptação dos indivíduos à nova ordem social”. Ela é “instrumento e efeito das necessidades, geradas nessa sociedade, de

selecionar, orientar, adaptar, racionalizar, visando em última instância, a um aumento de produtividade”. (FERREIRA, 1993, p. 24).

O mesmo autor afirma ainda que a entrada da Psicologia no ambiente escolar, no Brasil, acompanhou as exigências do modelo econômico e aconteceu em decorrência da expansão da rede pública de ensino primário, induzida pela população periférica urbana e pela industrialização. Nas escolas, a Psicologia passa a realizar os testes de inteligência e interesse.

Deste modo, a Psicologia representou papel importante na legitimação da ideologia das aptidões. Desrespeitando as diferenças existentes entre os alunos e rotulando vários como deficientes. Acreditava-se que o professor deveria aplicar lições corretivas aos alunos, confirmando a ideia de que as diferenças não provem das desigualdades de oportunidades e sim das diferenças individuais. Buscando, desta forma, ir ao encontro daquilo que seus criadores esperavam, a psicologia escolar concentrou seus esforços nos problemas de aprendizagem dos alunos.

Percebe-se que atualmente ainda há muito para mudar, principalmente a visão clínica que ainda existe no ambiente escolar, mas pretende-se mostrar a todos que as diferenças não devem ser vistas como barreiras, mas como riquezas, pois é a partir delas que os indivíduos tornam-se singulares e podem ser realizadas muitas trocas de conhecimentos e de experiências.

Segundo Machado (2004), foi necessário, durante algum tempo, que a psicologia escolar se alienasse ao papel que não foi por ela constituído, mas que lhe conferia uma identidade e uma existência. Aos psicólogos escolares, foi então oferecida uma sala de atendimento na escola, um lugar onde podia aplicar testes, um espaço à margem, caso fosse eliminado, em nada mudaria a configuração geral da escola. Porém, a atuação dos profissionais de psicologia com o passar do tempo tomou um rumo diferente, o psicólogo entrou na escola e não podia deixar de ouvir as vozes desta. Passou a entender que os problemas sociais tinham influência sobre os problemas de aprendizagem, não seria possível estudar uma criança desconsiderando as relações com seus professores e pais. O papel do psicólogo na educação está cada vez mais amplo, pois este consiste num primeiro momento em relacionar os conhecimentos específicos da Psicologia com os conhecimentos educativos.

Na prática, não se trata de uma superposição do campo psicológico e do serviço social sobre o educacional, mas um trabalho de reflexão da prática a partir da teoria. O psicólogo e o assistente social podem auxiliar o educador a compreender os educandos; ajudar o educador a

refletir e conhecer o desenvolvimento humano e os processos de ensino/aprendizagem baseados em fundamentos teóricos; desenvolver trabalhos de orientação profissional; desenvolver atividades juntamente com o corpo docente relativos a temáticas como drogas, sexualidade, agressividade, ética, entre outras; promover a aproximação da família com a escola; contribuir na formação dos educandos como sujeitos ativos; trabalhar as relações interpessoais entre todos os atores do ambiente escolar, entre outras.

3 Considerações Finais

Entende-se que a educação integral como processo educativo que contemple as várias dimensões da vida humana deva estar composto por valores como autonomia, participação, interação e reflexão e que no processo educativo trocam-se experiências e criam-se habilidades e capacidades (SILVA 2007). E nessa perspectiva, sustenta-se a necessidade da inclusão de profissionais do Serviço Social como da Psicologia, pois é através das diferentes áreas de conhecimento e de outros profissionais que o projeto da educação integral pode materializar-se.

Compreende-se que o Serviço Social e a Psicologia enquanto profissões de cunho educativo possuem uma função pedagógica nas diferentes dimensões da intervenção profissional, pois, ao orientar, esclarecer, dialogar, fomenta e promove formação contribuindo no avanço do processo de conscientização e politização dos sujeitos com os quais interage e intervém.

A perspectiva de educação integral contribui sobremaneira para a formação de uma cultura de direitos, tão eminente e intrínseca à ação profissional do Serviço Social e da Psicologia. Neste sentido, a educação integral, Serviço Social e Psicologia podem ser interconectados e relacionados, pois pretendem contribuir para que a consciência dos direitos se amplie e a partir disto concretize, bem como proporcionar uma educação que contemple as diferentes dimensões da vida.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade. In: **Serviço Social e Sociedade**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXIV, n. 79. Cortez Editora 2004.

BACK, Larissa Brand; WESTPHAL, Vera Herweg. **Interfaces entre educação popular, formação sociopolítica e Serviço Social**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010.

BOCK, Ana. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. 2007. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de Abril. Governo Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2009a. Programa Mais Educação – Gestão Intersetorial no Território. Brasília – DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2009b. Educação Integral: texto de referencia para o debate nacional. Brasília – DF.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2005, p. 89-116.

FERREIRA, Júlio Romero. **A Exclusão da Diferença: A Educação do Portador de Deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1993.

MACHADO, Adriana Marcondes e PROENÇA, Marilene. **Psicologia Escolar: Em busca de Novos Rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SILVA, Ana Maria Costa. **Desafios contemporâneos para a formação de jovens e adultos**. Educar. Editora UFPR, Curitiba, n. 29, p. 15-28, 2007.

RABELO, M. K. O. Educação Integral como Política Pública: A sensível arte de re-significar os tempos e os espaços escolares. In: MOLL, J. Educação Integral no Brasil Contemporâneo: Reflexões e Caminhos da Educação Integral no Brasil Contemporâneo. ARTMED, 2011.